

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 219

Data: 30/09/77

Pg.: \_\_\_\_\_

**Admitidas**

**irregularidades**

, 9. 77

**na Funai**

Centro de Documentação e Inf

- CEDI -

ESP. 30 Sucursal/SE - Av. Higienópolis, 983

**Da sucursal de  
BRÁSILIA**

O ex-presidente da Funai, José Queiroz Campos, admitiu, ontem, na CPI da Câmara que investiga a situação do índio brasileiro, que, durante a sua gestão, o órgão realmente liberou, para empresários, certidões negativas de presença de índios no vale do Guaporé, em Mato Grosso, e só posteriormente constatou que ali viviam índios do grupo nhambiquara. Queiroz Campos disse que a Funai havia se baseado no livro de Gama Malcher para liberar a área para empresários e nele não era registrada a presença de índios na região. O caso nhambiquara é um dos mais polêmicos na Funai, pois foram beneficiados, entre outros, um filho do ministro Costa Cavalcanti que, na ocasião, respondia pela pasta do Interior.

O ex-diretor defendeu a criação de um Ministério dos Negócios Indígenas, a exemplo do que ocorre em outros países, ressaltando, no entanto, que não concorda com a sua vinculação à Presidência da República. Para Queiroz Campos, a campanha que se alastrou no exterior, denunciando a existência de genocídio no Brasil contra as populações indígenas, hoje em dia já perdeu o sentido, pois ficou comprovado que o governo não dirige diretamente uma campanha de extermínio do índio. Os problemas que surgiram nos últimos anos, especialmente na Amazônia legal, segundo ele, decorreram do programa desenvolvimentista aplicado pelo governo nessa região, o qual, de início, não foi bem disciplinado. Queiroz Campos mostrou-se fa-

vorável à integração gradativa do índio à sociedade, desde que respeitada a sua cultura, e condenou, como anti-humana, a atitude de preservação do índio em seu estágio de cultura para, como simples fóssil vivo, alimentar a curiosidade de pesquisadores.

O ex-diretor da Funai defendeu o trabalho das missões religiosas junto às comunidades tribais, afirmando que padres e soldados, informados pelo "humanismo religioso e pelo sadio patriotismo, fizeram mais pelo índio, durante séculos, do que etnólogos, antropólogos e linguistas europeus". Criticou, porém, a catequese tradicional aplicada pela igreja mais conservadora. "Fui um dos que incentivou os grupos religiosos, que, até há poucos anos, eram responsáveis pelo atendimento de 80% das comunidades indígenas, a formarem um organismo representativo. Em 1972, surgiu o Conselho Indigenista Missionário, que congregou os padres engajados na causa indigenista".

Queiroz Campos também defendeu a criação de grandes reservas para os índios, explicando que esta posição gerou vários atritos com empresários que estavam se fixando na Amazônia, e com o próprio ministro Costa Cavalcanti, que queria destinar aos índios somente as terras estritamente necessárias à sua sobrevivência. Mais tarde — afirmou — recebi total apoio do presidente Costa e Silva que

disse, durante uma visita a Ilha do Bananal, que cabia aos próprios índios serem juizes do que lhes é necessário.

Sobre o Estatuto do Índio, que começou a ser elaborado durante a sua administração, Queiroz Campos discordou da crítica de que a lei estabelecia uma tutela orfanológica para o índio, ao considerá-lo um incapaz. "A tutela, no estatuto — afirmou — é a proteção que se dá a uma minoria cultural, não para dirigi-la, mas para protegê-la contra os assédios da população envolvente".

"Por que considerar a palavra tutela *capitis diminutio*, se a própria constituição em vigor é tutelada pelo AI-5, sem que por isso se sinta diminuída nos seus duzentos e tantos artigos?"

**ÍNDIO DEPÓS**

Depois de prestar o juramento de dizer a verdade perante a CPI que investiga o problema do índio brasileiro, em sua língua de origem, o índio terena, Jair de Oliveira, afirmou, ontem, que, embora a sua comunidade já tenha atingido um estágio avançado de aculturação, ela não quer ser emancipada a curto prazo. Segundo ele, o término da tutela, que chegou a ser cogitado, no início do ano, pelo ministro do Interior, Rangel Reis, e a consequente retirada da Funai da área não traria qualquer segurança para o grupo de 11 mil índios que, hoje em dia, não tem sequer a garantia de suas terras.